



Controle Interno CEDAE
Contrato n.º 032 / 2019 de

100143

19 MAR 2013

pl. 709
e

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

entre

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

na qualidade de Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

na qualidade de Agente Fiduciário

Datado de

08 de outubro de 2013



100143

19 MAR 2015

p. 410
eÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES E DA AUTORIZAÇÃO.....	2
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS.....	3
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA	4
CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	7
CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO	20
CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	26
CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO	30
CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	40
CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	41
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	42
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DESPESAS	44
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	45
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI APLICÁVEL E DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	46
ANEXO I – DEFINIÇÕES.....	I
ANEXO II – CÓPIA DO REGULAMENTO DO FIDC CEDAE.....	VIII
ANEXO III – CÓPIA DA ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO.....	IX



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

- (i) **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social, nomeada na presente escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

(Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

Vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE*" ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES E DA AUTORIZAÇÃO

1.1. Palavras e expressões em maiúsculas, não definidas no texto desta Escritura, terão o

8
N. 412
4

significado a elas atribuído no Anexo I.

1.2. A emissão das Debêntures, a Oferta e a constituição das Garantias serão realizadas com base nas deliberações tomadas em reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 08 de outubro de 2013 ("RCA"), nos termos do estatuto social da Emissora e conforme artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância dos requisitos descritos a seguir.

2.1. Arquivamento e publicação de atos societários

2.1.1. A ata da RCA será arquivada na JUCERJA e publicada no "Jornal do Commercio" e no DOERJ ("Jornais"), em atendimento aos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Arquivamento da Escritura na JUCERJA

2.2.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCERJA, em atendimento ao inciso II e parágrafo 3º do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro em cartórios

2.3.1. O Contrato de Garantia, no prazo nele previsto, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de (i) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro; e (ii) Osasco, no Estado de São Paulo. Uma via, devidamente registrada, do Contrato de Garantia, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário, no prazo fixado no Contrato de Garantia.

2.4. Dispensa automática de registro

2.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.4.2. Nos termos do artigo 25, §1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas

9
p. 413
✗

Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, da ANBIMA — Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a Oferta, está também automaticamente dispensada de registro, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação no âmbito da Instrução CVM 476 e sem a utilização de prospecto.

2.5. Registro para distribuição e negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, e para negociação no mercado secundário, através do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários ("Cetip21"), ambos operacionalizados e administrados pela CETIP. As Debêntures serão liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Qualquer negociação das Debêntures somente poderá ocorrer de acordo com a Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme o caso, por tal Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e verificação do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5.2.1. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados "Investidores Qualificados" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

3.1. Objeto social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social:

- (i) a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de captação, produção, adução e distribuição de água e seus subprodutos, de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada de esgotos domésticos e industriais e seus subprodutos, de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos domésticos e industriais.

10
N. 414
B

serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Emissora e para o Estado do Rio de Janeiro, dentro ou fora de seus limites territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas; e

- (ii) a cobrança e o recebimento de contas referentes às tarifas ou receitas fixadas pelo poder público para custeio da prestação dos serviços definidos na alínea "i", supra, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as normas pertinentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive no tocante à aplicação de penalidades e interrupção da prestação desses serviços aos usuários faltosos.

3.2. Número da Emissão

- 3.2.1. Esta é a 4ª emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").

3.3. Número de séries

- 3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Valor total da Emissão

- 3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão.

3.5. Destinação dos recursos

- 3.5.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados: (i) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora; (ii) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta, inclusive a comissão do Coordenador Líder e as despesas de registro em cartório e (iii) investimentos diversos, caso haja recursos remanescentes após as destinações (i) e (ii) acima.

3.6. Forma e procedimento de colocação e distribuição

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do

11
P. 915
2

Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE*" ("Contrato de Colocação"), tendo como público alvo Investidores Qualificados, sendo a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição sujeita à verificação das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Colocação.

3.6.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. O Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.6.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

3.6.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.6.5. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.6. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) dia útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.6.7. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o

12
4.416
2

plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7. Banco Liquidante de Emissão e Escriturador Mandatário

3.7.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o banco mandatário da Emissão ("Banco Liquidante"). A Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal").

4.1.2. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal.

4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 11 de outubro de 2013 ("Data de Emissão").

4.4. Prazo e Data de Vencimento

113
11.417
2

4.4.1. As Debêntures vencerão em 20 de abril de 2020 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado previstas nesta Escritura.

4.4.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida.

4.5. Forma, Comprovação de Titularidade e Certificados de Debêntures

4.5.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, sem a emissão de certificados.

4.5.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Escriturador Mandatário.

4.5.3. Adicionalmente, será expedido, pela CETIP, extrato, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no Cetip21, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.6. Conversibilidade

4.6.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

4.7. Espécie e garantia

4.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão, adicionalmente, com garantias, nos termos do Contrato de Garantia e do disposto abaixo.

4.7.2. Será constituída, em garantia das Obrigações, por meio do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato de Garantia") (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios que a Emissora detém e/ou virá a deter contra os usuários das categorias residencial, comercial e/ou industrial, dos serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável e de coleta, transporte e tratamento de esgotos prestados pela Emissora no município do Rio de Janeiro, nos termos do Contrato de Concessão, com exceção da Área de Planejamento 5, arrecadados por meio de contas de água e



100143

271001

A4

19 MAR 2015

9
11.418 e

esgoto, boletos ou documentos similares identificados pelo código de arrecadação 1292, arrecadados pelos bancos contratados para prestação de serviços de arrecadação pela Emissora ("Bancos Arrecadadores") e transferidos à conta corrente centralizadora mantida pela Emissora no Agente de Pagamentos do FIDC CEDAE, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC ("Conta Centralizadora"), além de todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos usuários à Emissora exceto pelos direitos creditórios cedidos e retidos (a) na Conta Centralizadora, de arrecadação do FIDC CEDAE, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC, e (b) na Conta Vinculada da Terceira Emissão nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Emissão (os "Direitos Creditórios Cedidos"); (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios da Emissora sobre a Conta Vinculada ("Direitos de Crédito da Conta Vinculada"); e (iii) cessão fiduciária de quaisquer investimentos feitos com os recursos da Conta Vinculada e seus respectivos rendimentos, juros e quaisquer frutos deles decorrentes (em conjunto com os Direitos Creditórios Cedidos e os Direitos de Crédito da Conta Vinculada, "Garantias").

4.7.3. O Agente Fiduciário instruirá o Banco Administrador de Contas para que (a) seja retido o montante equivalente a 110% (cento e dez por cento) da soma da Remuneração e da Amortização Programada devidas no Período de Capitalização subsequente e (b) libere o valor remanescente da Conta Vinculada, após a retenção mencionada no item 'a' acima, para a conta de livre movimentação da Emissora, conforme previsto no Contrato de Garantia.

4.7.4. Caberá ao Agente Fiduciário requerer, em nome dos Debenturistas, a execução, judicial ou extrajudicial, das Garantias, uma vez verificado qualquer inadimplemento desta Escritura e/ou do Contrato de Garantia pela Emissora, salvo em caso de deliberação em contrário tomada pelos Debenturistas reunidos em AGD, especialmente convocada para tal fim, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.7.5. As Garantias poderão ser excutidas, individual ou conjuntamente, e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias para a integral liquidação dos valores devidos em razão das Obrigações. A não-excussão, total ou parcial, das Garantias, ou sua excussão tardia, por parte do Agente Fiduciário, não ensejará, em hipótese nenhuma, perda do direito de excussão das Garantias pelos Debenturistas.

4.8. Remuneração

4.8.1. A partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso,

15
pl. 419
e

equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* de 3,10% (três inteiros e dez centésimos por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração") a qual teve aderência ao Caderno de Fórmulas – Debêntures Cetip21, disponível no site www.cetip.com.br.

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros}-1)$$

onde:

J corresponde ao valor unitário da Remuneração acumulada no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;

Vne corresponde ao Valor Nominal no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI correspondente ao produtório das Taxas DI, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{DI} " um número inteiro;



100143

11

19 MAR. 2013

16
p. 420
e

TDI_k corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{di}

DI_k corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread corresponde ao spread de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

Spread corresponde a 3,10; e

n corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, exclusive, sendo "n" um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.8.2. A Remuneração será devida mensalmente no dia 20 de cada mês a partir da Data de Emissão, sendo a primeira em 20 de novembro de 2013 e a última na Data de Vencimento (sendo cada data uma "Data de Pagamento de Remuneração"), conforme as seguintes datas:



100143

12

19 MAR 2015

17
28.421
4

#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração
1	20/nov/13	27	20/jan/16	53	20/mar/18
2	20/dez/13	28	20/fev/16	54	20/abr/18
3	20/jan/14	29	20/mar/16	55	20/mai/18
4	20/fev/14	30	20/abr/16	56	20/jun/18
5	20/mar/14	31	20/mai/16	57	20/jul/18
6	20/abr/14	32	20/jun/16	58	20/ago/18
7	20/mai/14	33	20/jul/16	59	20/set/18
8	20/jun/14	34	20/ago/16	60	20/out/18
9	20/jul/14	35	20/set/16	61	20/nov/18
10	20/ago/14	36	20/out/16	62	20/dez/18
11	20/set/14	37	20/nov/16	63	20/jan/19
12	20/out/14	38	20/dez/16	64	20/fev/19
13	20/nov/14	39	20/jan/17	65	20/mar/19
14	20/dez/14	40	20/fev/17	66	20/abr/19
15	20/jan/15	41	20/mar/17	67	20/mai/19
16	20/fev/15	42	20/abr/17	68	20/jun/19
17	20/mar/15	43	20/mai/17	69	20/jul/19
18	20/abr/15	44	20/jun/17	70	20/ago/19
19	20/mai/15	45	20/jul/17	71	20/set/19
20	20/jun/15	46	20/ago/17	72	20/out/19
21	20/jul/15	47	20/set/17	73	20/nov/19
22	20/ago/15	48	20/out/17	74	20/dez/19
23	20/set/15	49	20/nov/17	75	20/jan/20
24	20/out/15	50	20/dez/17	76	20/fev/20
25	20/nov/15	51	20/jan/18	77	20/mar/20
26	20/dez/15	52	20/fev/18	78	20/abr/20

4.8.3. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado



19 MAR. 2013

M-422
e

pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.8.5. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura), cujo aviso será publicado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após (i) o prazo de 10 (dez) dias consecutivos da indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI; ou (ii) a data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer Obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.8.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.8.7. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração nesta situação será a última Taxa DI disponível.

4.8.8. Para os fins do presente instrumento, entende-se por "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de: (i) Controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, sem limitação, os parentes até segundo grau e pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer dos administradores da Emissora; e (iii) fundos de investimento exclusivo da Emissora, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

19
fl. 423
e

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Subscrição e Integralização

4.10.1. A totalidade das Debêntures será subscrita na mesma data, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.10.2. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.

4.10.3. Todas as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.11. Pagamento

4.11.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora: (a) por intermédio da CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (i) na sede da Emissora; ou (ii) por meio do Escriturador Mandatário.

4.11.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer Obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva Obrigação coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.11.3. Os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo das Obrigações ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



100123

11 MAR. 2013

15

11.424
2

4.11.4. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das Obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.11.5. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante até 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.11.5.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.11.5 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.11.5.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.11.5.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante ou ao Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.12. Amortização Programada

4.12.1. As Debêntures serão amortizadas em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas ("Amortização Programada"), na forma e percentuais dispostos no quadro abaixo calculados sobre o Valor Nominal das Debêntures, sendo a primeira em 20 de maio de 2016 e a última na Data de Vencimento.

#	Data	Percentual de Amortização	#	Data	Percentual de Amortização
---	------	---------------------------	---	------	---------------------------

21
p. 425
e

1	20/mai/16	2,0833%	25	20/mai/18	2,0833%
2	20/jun/16	2,0833%	26	20/jun/18	2,0833%
3	20/jul/16	2,0833%	27	20/jul/18	2,0833%
4	20/ago/16	2,0833%	28	20/ago/18	2,0833%
5	20/set/16	2,0833%	29	20/set/18	2,0833%
6	20/out/16	2,0833%	30	20/out/18	2,0833%
7	20/nov/16	2,0833%	31	20/nov/18	2,0833%
8	20/dez/16	2,0833%	32	20/dez/18	2,0833%
9	20/jan/17	2,0833%	33	20/jan/19	2,0833%
10	20/fev/17	2,0833%	34	20/fev/19	2,0833%
11	20/mar/17	2,0833%	35	20/mar/19	2,0833%
12	20/abr/17	2,0833%	36	20/abr/19	2,0833%
13	20/mai/17	2,0833%	37	20/mai/19	2,0833%
14	20/jun/17	2,0833%	38	20/jun/19	2,0833%
15	20/jul/17	2,0833%	39	20/jul/19	2,0833%
16	20/ago/17	2,0833%	40	20/ago/19	2,0833%
17	20/set/17	2,0833%	41	20/set/19	2,0833%
18	20/out/17	2,0833%	42	20/out/19	2,0833%
19	20/nov/17	2,0833%	43	20/nov/19	2,0833%
20	20/dez/17	2,0833%	44	20/dez/19	2,0833%
21	20/jan/18	2,0833%	45	20/jan/20	2,0833%
22	20/fev/18	2,0833%	46	20/fev/20	2,0833%
23	20/mar/18	2,0833%	47	20/mar/20	2,0833%
24	20/abr/18	2,0833%	48	20/abr/20	Saldo do valor nominal

4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1. A Emissora poderá adquirir as Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações: (i) por preço igual ou inferior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por preço superior ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser recolocadas no mercado.



4.14. Amortização Parcial Antecipada Facultativa e Resgate Antecipado Facultativo

4.14.1. A Emissora poderá, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, a partir da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, mediante deliberação de seu conselho de administração, realizar, a qualquer tempo, amortização parcial antecipada facultativa ("Amortização Parcial Antecipada Facultativa") ou resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.14.2 O Resgate Antecipado Facultativo e a Amortização Parcial Antecipada Facultativa, conforme o caso, deverão ser realizados mediante o prévio envio, em até 5 (cinco) dias úteis da data de sua realização, pela Emissora, de comunicação ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, sendo que tal notificação deverá informar a data, o local da realização, o procedimento de resgate ou de amortização e o valor a ser resgatado ou amortizado.

4.14.3. O valor do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Parcial Antecipada Facultativa, será equivalente ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Parcial Antecipada Facultativa, conforme o caso, acrescido de um prêmio fixo de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano ("Prêmio") sobre o valor resgatado ou amortizado antecipadamente, ponderado pelo seu prazo remanescente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prêmio} = \text{Valor Antecipado} \times \left[(1 + 0,5\%)^{\frac{du}{252}} - 1 \right]$$

onde:

Valor Antecipado = é o valor do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Parcial Antecipada Facultativa, equivalente ao Valor Nominal, ou ao saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Parcial Antecipada Facultativa, conforme o caso.

du = Número de dias úteis entre a data do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Antecipada Facultativa, conforme o caso, e a Data de Vencimento.

4.14.4 As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos desta Cláusula 4.14 serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.14.5 A CETIP deverá ser comunicada da realização do respectivo Resgate Antecipado



Facultativo ou da Amortização Parcial Antecipada Facultativa, conforme o caso, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua efetivação.

4.14.6 Fica, desde já, certo e ajustado, que a aprovação pela Emissora de Amortização Parcial Antecipada Facultativa das Debêntures em percentual superior a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal das Debêntures, ou seu saldo, conforme o caso, ensejará, para fins de operacionalização da amortização na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo da totalidade das Debêntures.

4.14.7 Não haverá Resgate Antecipado Facultativo parcial.

4.15. Incorporação, Fusão ou Cisão

4.15.1. Em conformidade com o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, a incorporação, fusão ou cisão da Emissora dependerá de prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em AGD.

4.16. Comunicações

4.16.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados nos Jornais, podendo adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicados em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.16.2. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

At: Sr. Renato Prates

Avenida Presidente Vargas, 2655, 6º andar - Cidade Nova

CEP 20210-031, Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2332-3645

Fax: (21) 2332-3644

Email : renato-prates@cedae.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário



100143

19

19 MAR. 2013

24
4.428
***PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

At: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira
(Backoffice Financeiro)

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca

CEP 22640-102, Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

Email: middle@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

At: Sr. Luiz André N. Petito

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

CEP 04344-902, São Paulo, SP

Telefone: (11) 2797-4441

Fax : (011) 2797-3140

Email: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(iv) Para o Escriturador Mandatário**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

At: Sr. Luiz André N. Petito

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

Telefone: (11) 2797-4441

Fax : (011) 2797-3140

Email: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para a CETIP**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Av. República do Chile, 230, 11º andar

CEP: 20031-919, Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

ou

yl-429
e

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 – 1º andar
Jardim Paulistano
CEP: 01452-001
Telefone: (11) 3111-1400 / 2138-1400

4.16.3. As comunicações (i) serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima; e (ii) por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

4.16.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à Emissora, a qual se encarregará de comunicar tal alteração a todas as demais Partes.

CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2.1 e 5.2.2 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as Obrigações constantes desta Escritura, na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura ou no Contrato de Garantia, não sanada no prazo de até 2 (dois) dias úteis;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de formalizar devidamente as Garantias, nos termos e no prazo estabelecido no Contrato de Garantia;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada com as Debêntures estabelecida nesta Escritura, no Contrato de Colocação ou no Contrato de Garantia ("Documentos da Oferta"), não sanada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha



sido estipulado prazo específico nesta Escritura, no Contrato de Colocação ou no Contrato de Garantia;

- (iv) caducidade, encampação, não renovação, revogação das concessões ou qualquer outro ato ou efeito, cujo efeito, individual ou conjuntamente, represente redução no período, em comparação com o resultado anual e dos 3 (três) primeiros trimestres do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, em valor superior a 10% (dez por cento) da Receita Operacional Líquida da Emissora, a ser verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário;
- (v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações ou licenças, de qualquer espécie, que não o Contrato de Concessão, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora ou a Controlada em questão comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (vi) provarem-se falsas, incorretas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nos Documentos da Oferta, em que a falsidade, incorreção ou o engano em questão não sejam sanados no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados: (i) do conhecimento, pela Emissora da falsidade, incorreção ou do engano, (ii) da comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (iii) da comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, dos três o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico nesta Escritura;
- (vii) procedimento análogo aplicável ou que passe a ser aplicável à Emissora relacionado a, (a) pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, (b) pedido de recuperação judicial ou submissão, a qualquer credor ou classe de credores, pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora ou qualquer de suas Controladas;
- (viii) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, intervenção da Emissora ou qualquer de suas Controladas ou caducidade do Contrato de Concessão da Emissora ou qualquer de suas Controladas;
- (ix) caso as garantias previstas no Contrato de Garantia sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou tornem-se insuficientes sem o devido reforço ou substituição de garantia, de forma aceitável aos Debenturistas,



nos termos do Contrato de Garantia;

- (x) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) realização de redução do capital social da Emissora, após a Data de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, reunidos em AGD, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (xii) descumprimento de qualquer decisão judicial ou administrativa contra a Emissora ou qualquer Controlada, em valor unitário ou agregado superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (xiii) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, se houver, a que estejam sujeitas a Emissora ou qualquer de suas Controladas, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas Controladas, ou inserção da Emissora ou de qualquer de suas Controladas em cadastro de inadimplentes, em valor individual ou agregado superior, a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, nos prazos e nas condições previstos na relação subjacente, devendo tal valor ser corrigido anualmente desde a Data da Emissão pelo IPCA, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que a Emissora for comunicada pelo Cartório de Protestos ou órgão detentor de cadastro de inadimplentes competente para regularização do referido protesto ou inserção, seja validamente comprovado pela Emissora, por si ou em nome da sua Controlada em questão, que (i) o protesto ou inserção foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto ou inserção foi suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda, (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (xv) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura;
- (xvi) realização de qualquer pagamento de Participação no Resultado pela Emissora ou por qualquer Controlada, exceto o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;



- (xvii) outorga ou constituição de garantias de quaisquer espécies em favor de terceiros sobre quaisquer bens ou direitos da Emissora, sem que haja prévia anuência dos Debenturistas, em valores individuais ou agregados, superiores a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);
- (xviii) qualquer Reorganização Societária da Emissora, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim, exceto em caso de oferta pública inicial de ações ordinárias da Emissora;
- (xix) Alienação ou Oneração do Controle da Emissora a uma Pessoa que não seja uma Parte Relacionada, sem a aprovação, prévia e escrita, de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- (xx) existência de ato de qualquer Pessoa, com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos e propriedades da Emissora e/ou as ações representativas do capital social da Emissora e/ou de qualquer das Controladas;
- (xxi) alteração do objeto social da Emissora que impacte de modo significativo as atividades atualmente desempenhadas pela Emissora e a prestação dos Serviços;
- (xxii) não-manutenção, pela Emissora, do seguinte índice financeiro, a ser acompanhado trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações e documentos recebidos nos termos da Cláusula 6.1(i) abaixo ("Índice Financeiro"):

[Dívida Líquida/LAJIDA < 3,50]

onde:

"Dívida Líquida" corresponde ao somatório das dívidas onerosas consolidadas de empréstimos e financiamentos que tenham sido contraídos pela Emissora junto a pessoas jurídicas e instituições financeiras, conforme refletidos em suas demonstrações financeiras, incluindo, sem limitação, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, bem como valores a pagar a acionistas, impostos parcelados (Programa de Recuperação Fiscal – REFIS) e avais e fianças prestados, reduzido pelo montante de caixa e equivalentes; e

29
12.933
L

"Lajida" corresponde ao somatório, em base consolidada da Emissora: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) do resultado não operacional e/ou resultado operacional não recorrente ocorrido no mesmo período; e (v) dos tributos;

- (xxiii) caso seja verificado qualquer evento de avaliação, revisão ou de liquidação do FIDC CEDAE, conforme descritos no Regulamento e no Contrato de Cessão do FIDC;
- (xxiv) caso sejam aprovadas alterações relevantes no Regulamento e/ou no Contrato de Cessão do FIDC CEDAE, relativas a (a) diminuição do prazo de duração do FIDC CEDAE, e (b) alterações que acarretem na elevação da QMM e da QDCA do FIDC CEDAE, e que, adicionalmente, comprometam o fluxo financeiro do excedente dado em garantia nesta Emissão;
- (xxv) caso sejam aprovadas alterações relevantes na Escritura da Terceira Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Emissão, incluindo mas não se limitando a (a) alteração nas datas de pagamento da remuneração, das parcelas de amortização ou do vencimento das debêntures da Terceira Emissão de Debêntures, e (b) alterações que acarretem na elevação do Valor Mínimo da Terceira Emissão e do Valor Mínimo Ajustado da Terceira Emissão, e que, adicionalmente, comprometam o fluxo financeiro do excedente dado em garantia nesta Emissão;
- (xxvi) aplicação dos recursos oriundos das Debêntures em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.5 desta Escritura;
- (xxvii) na hipótese de quaisquer dos Documentos da Oferta tornarem-se comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável, e tal evento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento;
- (xxviii) na hipótese de qualquer operação de crédito que venha a ser realizada pela Emissora posteriormente à presente Emissão, e que possua como garantia direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços da CEDAE no município do Rio de Janeiro, com exceção da Área de Planejamento 5, que não seja subordinada ao FIDC CEDAE (enquanto este estiver em vigor), à Terceira Emissão de Debêntures (enquanto esta não tiver sido quitada) e à presente Emissão;
- (xxix) na hipótese de a Conta Vinculada não apresentar um fluxo de recebimento mensal mínimo equivalente a 04 (quatro) vezes o valor da Remuneração mensal acrescida de



R\$4.160.000,00 (quatro milhões, cento e sessenta mil reais), exceto se a Emissora complementar o saldo em até 5 (cinco) dias úteis da verificação da insuficiência do fluxo mínimo;

- (xxx) caso não haja reforço ou substituição das garantias previstas no Contrato de Garantia, ou ainda a substituição do Banco Administrador de Contas na forma e prazos determinados no Contrato de Garantia;
- (xxxi) emissão de novas séries de cotas seniores do FIDC CEDAE sem a anuência prévia dos Debenturistas; e
- (xxxii) caso os contratos com todos os Bancos Arrecadadores não sejam aditados, (a) em até 2 (dois) anos da Data de Emissão, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento da cessão fiduciária das Garantias, prevendo o fluxo dos Direitos Creditórios Cedidos para a Conta Vinculada, após a quitação da Terceira Emissão de Debêntures e liquidação do FIDC CEDAE, ou (b) antes da liquidação do FIDC CEDAE, o que ocorrer antes.

5.1.2. A comparação referida na Cláusula 5.1.1(iv) será realizada, pela Emissora e verificada trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações prestadas conforme Cláusula 6.1, abaixo, e, (i) no último dia útil do prazo legal exigido para divulgação das informações financeiras trimestrais (ITR) e anuais da Emissora, nos termos da regulamentação da CVM, ou (ii) em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da divulgação das respectivas informações financeiras, o que ocorrer primeiro. A primeira comparação a ser realizada nos termos desta cláusula será com base nas informações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

5.1.3. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada, ao Agente Fiduciário pela Emissora em prazo de até 3 (três) dias úteis de seu conhecimento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou a comunhão dos Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura, no Contrato de Garantia e nos demais documentos da Emissão ou da Oferta, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Obrigações.

5.2. Quórum

5.2.1. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens "i", "ii", "vii", "viii", "ix", "xiii", "xiv", "xv", "xvi", "xvii", "xxvii", "xxx", "xxxi" e "xxxii" da Cláusula 5.1.1 acima acarretará, observados os respectivos prazos de cura, se houver, o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as



19 MAR 2013

11-435
e

Obrigações constantes desta Escritura.

5.2.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos demais subitens da Cláusula 5.1.1. acima, observados os respectivos prazos de cura, se houver, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Oitava abaixo e o quórum específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.2.3 abaixo.

5.2.3. A AGD a que se refere a Cláusula 5.2.2 acima poderá, por deliberação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas Cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo. Se na referida AGD, Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não realização da AGD por falta de quórum ou qualquer outro motivo, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

5.2.4. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou seu saldo, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, (e, no caso do subitem (i) da Cláusula 5.1.1 acima, dos Encargos Moratórios devidos, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados) em até 10 (dez) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.2.5. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata a Cláusula 5.2.4 acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) até, no máximo, o último dia útil do prazo legal exigido para divulgação das



informações trimestrais de cada um dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social, nos termos legais, ou em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo trimestre, acompanhada de relatório de revisão especial dos auditores independentes, juntamente com o cálculo do Índice Financeiro, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração, e da Receita Operacional Líquida relativas ao respectivo trimestre, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com a Receita Operacional Líquida do resultado do trimestre correspondente do ano de 2012; (2) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura; e (3) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro devidamente revisado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- (b) até, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, juntamente com o cálculo do Índice Financeiro, e da Receita Operacional Líquida, com a indicação das rubricas necessárias à sua apuração e a comparação com a Receita Operacional Líquida do resultado anual do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; (2) declaração dos diretores da Emissora de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura, e que a Emissora está em cumprimento com todas as obrigações constantes desta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; (4) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro e da Receita Operacional Líquida da Emissora devidamente auditado pelos auditores independentes contratados pela



Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (5) cópia do organograma atualizado do grupo econômico da Emissora, incluindo as suas Controladas, controladores, coligadas, sociedades sob controle comum e integrantes do bloco de controle, com base na data de envio do relatório;

- (c) (1) data e ordem do dia de qualquer assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") no mesmo dia da publicação de sua convocação, e (2) cópias de todas as atas de Assembleias Gerais, de todas as reuniões do Conselho de Administração da Emissora que forem levadas a registro nos termos do parágrafo 1º do artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e, se instalado, e de todas as atas do Conselho Fiscal, que forem publicadas ou levadas a registro, na data em que forem realizadas;
 - (d) Em até 1 (um) dia útil, qualquer informação relevante para a presente Emissão;
 - (e) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, no prazo de até 3 (três) dias contados da respectiva data de solicitação; e
 - (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1.1 acima, em até 3 (três) dias úteis após sua ocorrência;
- (ii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas auditadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (iii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor devidamente registrado na CVM;
 - (iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (v) manter os documentos mencionados no inciso anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (vi) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;



- (vii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente tal fato ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, caso seja de interesse dos Debenturistas, a critério da Emissora;
- (viii) fornecer as informações solicitadas pela CVM tempestivamente;
- (ix) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão ou com as Debêntures, nos termos da Cláusula Oitava desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (xi) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, se aplicável, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xiv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto eventuais descumprimentos que não venham a causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xv) manter o mesmo Agente de Pagamentos do FIDC CEDAE, contratado para a realização de seus serviços até a liquidação do FIDC CEDAE e o mesmo Banco Administrador de Contas da Terceira Emissão, contratado para a realização de seus serviços até o vencimento ou quitação, o que ocorrer antes, das debêntures da Terceira Emissão de Debêntures;
- (xvi) utilizar os recursos que transitarem pela Conta Vinculada para pagamento das Obrigações, observado o disposto nesta Escritura e no Contrato de Garantia;
- (xvii) até a Data de Vencimento das Debêntures, informar imediatamente, por escrito, o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer alteração, evento de avaliação ou de



19 MAR 2013

p. 439
e

liquidação do FIDC CEDAE;

- (xviii) manter (a) a Conta Vinculada aberta até a Data de Vencimento das Debêntures, (b) a Conta Vinculada da Terceira Emissão aberta até o vencimento ou quitação, o que ocorrer antes, das debêntures da Terceira Emissão de Debêntures e (c) a Conta Centralizadora até a liquidação do FIDC CEDAE;
- (xix) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, conforme previsto na Instrução CVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto para disponibilização do relatório anual;
- (xx) enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação de AGD e da proposta a ser submetida à AGD;
- (xxi) notificar, em até 10 dias da presente data, os Bancos Arrecadadores, o Agente de Pagamentos e o Banco Administrador de Contas da Terceira Emissão a respeito do fluxo de recursos relacionado às Garantias no âmbito da Emissão e à constituição da cessão fiduciária das Garantias, reafirmando a necessidade de continuidade da prestação dos serviços até liquidação do FIDC CEDAE e/ou o vencimento ou quitação das debêntures da Terceira Emissão de Debêntures, conforme o caso, conforme modelos do Contrato de Garantia;
- (xxii) outorgar as procurações ao Agente Fiduciário, nos termos dos modelos e no prazo estipulado no Contrato de Garantia;
- (xxiii) aditar, em até 2 (dois) anos da Data de Emissão, os contratos com os Bancos Arrecadadores, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento da cessão fiduciária das Garantias, prevendo o fluxo dos Direitos Creditórios Cedidos para a Conta Vinculada, após a quitação da Terceira Emissão de Debêntures e liquidação do FIDC CEDAE; e
- (xxiv) não realizar qualquer operação de crédito que possua como garantia direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços da CEDAE no município do Rio de Janeiro, com exceção da Área de Planejamento 5, que não seja subordinada ao FIDC CEDAE (enquanto este estiver em vigor), à Terceira Emissão de Debêntures (enquanto esta não tiver sido quitada) e à presente Emissão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1.

A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E



VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificado, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, estando autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (vii) que a Oferta, a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida, ou a que esteja sujeito;
- (viii) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras; e
- (ix) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na Terceira Emissão de Debêntures, com vencimento em 20 de junho de 2017, em que foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data foram verificados eventos de amortizações. Na data da emissão, as debêntures da Terceira Emissão de Debêntures são garantidas por cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios que excederem, conforme o caso, a QMM ou a QDCA do FIDC CEDAE, de cessão fiduciária dos direitos creditórios da Emissora sobre a Conta

p. 441
✍

Vinculada da Terceira Emissão, conforme previsto na Escritura da Terceira Emissão.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após a integralização das Debentures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de Agente Fiduciário substituto, a partir da data de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação



19 MAR. 2013

p. 442
de

em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da Lei das Sociedades por Ações e da CVM.

7.4. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, às expensas da Emissora, caso ela não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCERJA, bem como do Contrato de Garantia nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos



19 MAR 2013

443
e

do Contrato de Garantia;

- (x) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados os termos do Contrato de Garantia;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais;
- (xiv) comparecer a qualquer AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no referido período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamento da Remuneração e da Amortização Programada, bem como aquisições, resgate antecipado conforme previsto nesta Escritura, Amortização Parcial Antecipada Facultativa, repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;

p. 449
e

- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - a) denominação da companhia ofertante;
 - b) valor da emissão;
 - c) quantidade de debêntures emitidas;
 - d) espécie;
 - e) prazo de vencimento das debêntures;
 - f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
 - e
 - g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xvi) colocar o relatório de que trata a Cláusula 7.4 (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - c) na CVM;
 - d) na sede do Coordenador Líder; e
 - e) na CETIP.
- (xvii) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (xviii) divulgar as informações referidas na alínea "k" a Cláusula 7.4.(xv) acima em sua página na internet tão logo delas tenha conhecimento;
- (xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador Mandatário, e à CETIP, sendo



que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (xx) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xxi) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, na ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;
- (xxii) verificar o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 6.1, acima;
- (xxiii) cumprir com os demais deveres previstos da Instrução CVM 28, em lei ou em ato normativo da CVM;
- (xxiv) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;
- (xxv) informar aos Debenturistas a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nos termos desta Escritura;
- (xxvi) informar, mensalmente, ao Banco Administrador de Contas o valor a ser retido na Conta Vinculada equivalente ao valor da parcela da Amortização Programada, da Remuneração e de qualquer Obrigação devida no próximo Período de Capitalização, bem como instruir o Banco Mandatário a liberar o valor excedente a ser transferido à conta de livre movimentação da Emissora imediatamente após a retenção mencionada neste item "xxvi";
- (xxvii) acompanhar trimestralmente e informar aos Debenturistas, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento das informações e documentos recebidos nos termos da Cláusula 6.1(i) sobre a manutenção do Índice Financeiro; e
- (xxviii) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou de seu *website* o Valor Nominal das Debêntures a ser

11.446
4

calculado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas Cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que



permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD, conforme Cláusula Oitava.

7.10. Serão devidos pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.10.1. As parcelas citadas na cláusula 7.10 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.10.2. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.10.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.10.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7-448
2

7.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Desta maneira, as remunerações indicadas na Cláusula 7.10 acima não incluem as despesas razoáveis e comprovadas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, estadias, alimentação, transporte e publicação necessárias ao exercício da função a ser desempenhada pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura ou nos termos previstos em lei. Não estão também incluídas as despesas com eventuais especialistas, tais como auditoria em garantias relacionadas com a Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações aqui assumidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão também suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem, ainda, honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente suportadas pela Emissora. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e comprovadas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, nos termos da Cláusula 7.12 abaixo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 5 (cinco) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário, devendo os Debenturistas ser ressarcidos pela Emissora, nos termos da Cláusula 7.12 abaixo.

7.12. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.11 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega, à Emissora, de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.13. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures.

7.14. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente Fiduciário, nesta Escritura poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em AGD, conforme procedimento aqui estabelecido, caso o Agente Fiduciário não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial com esta Escritura.



19 MAR 2013

p. 449
2**CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS****8.1. Convocação**

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Qualquer AGD exigida ou decorrente desta Escritura será realizada nos termos desta Cláusula Oitava.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos Jornais, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGD serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para sua instalação em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura ou em lei, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de comparecimento ou voto na respectiva AGD.

8.2. Quórum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou



19 MAR 2013

p. 450
L

àquele designado pela CVM.

8.4. Quórum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.4.2. Qualquer deliberação em AGD deverá contar com aprovação de Debenturistas representando pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.4.3. Não se aplica o quórum a que se refere à Cláusula 8.4.2 acima:

- (i) aos casos em que haja quórum expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura;
e
- (ii) às alterações (a) de quórum previsto nesta Escritura e das regras aplicáveis às AGD; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer hipótese de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (h) das condições da garantia prevista na Cláusula 4.7.2, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.5. Participação da Emissora

8.5.1. Se entender necessária a participação da Emissora em qualquer AGD, o Agente Fiduciário enviará notificação à Emissora informando-a da data e horário de referida AGD, que poderá decidir se participará ou não do conclave.

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

N. 451
L

- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 9.1 acima torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e do Contrato de Garantia, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura e do Contrato de Garantia não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura e o Contrato de Garantia constituem obrigações legais, válidas e

p. 452
Q

vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

- (vii) as informações prestadas no âmbito da Oferta são atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos seus ativos, passivos, responsabilidades, condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (viii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Garantia, bem como a Oferta, (1) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas Controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, exceto a Oneração prevista no Contrato de Garantia, ou (iii) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (2) não exigem a aprovação de qualquer Pessoa, exceto por JUCERJA, CETIP e os cartórios referidos na Cláusula 2.3.1 acima;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, (a) representam corretamente, em tais datas, a posição financeira da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, (b) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (b) refletem corretamente, em tais datas, os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (x) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, que estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da Emissora, a Emissora, suas Controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto ainda por eventuais descumprimentos que não possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xii) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há fatos relativos à Emissora, e suas

p 453
✓

Controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a data de sua integralização, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante na Escritura ou no Contrato de Garantia seja enganosa, incorreta ou inverídica;

- (xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xiv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto quando a falta de autorização ou licença não acarretar um Impacto Adverso Relevante; e
- (xv) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

10.2. A Emissora se compromete a notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário, que comunicará os Debenturistas, caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura ou no Contrato de Garantia tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Décima e do Contrato de Garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DESPESAS

11.1. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Emissora em razão da Emissão ou qualquer das obrigações aqui previstas — inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante, custas e despesas judiciais, tributos, encargos e taxas — será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário, nem aos Debenturistas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

11.2. Caso o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas arque com qualquer custo ou despesa, a Emissora deverá reembolsá-los, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis, contados do



100143

50

45

19 MAR 2013

p. 454
2

recebimento de cópia dos comprovantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura, o Contrato de Garantia e os demais documentos a serem celebrados com terceiros, relacionados com as Debêntures e as Garantias, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação à Emissão.

12.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

12.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.7. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

p. 455
e**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO**

13.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

13.2. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer disputa ou controvérsia oriunda ou relacionada com esta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2013.

[As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes]

Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 08 de outubro de 2013- Página 1 de 3

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

na qualidade de Emissora

Nome:

Cargo: Eng^o Wagner Granja Victor
Presidente da CEDAE
Matr. 8.000.423-6

[illegible][illegible]

Nome:

Cargo:

Renato Prates Rodrigues
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores
DF - CSDAE

DATA: 21/10/2013

E: D33C00457-8/000

CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Valéria G. Serra
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome : COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE
 Nire : 33.3.0008797-4
 Protocolo : 00-2013/503742-5 - 18/10/2013
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 21/10/2013. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
 E DATA ABAIXO.

ED33000457-8/000
 DATA : 21/10/2013

Valéria B. M. Serra
 SECRETÁRIA GERAL



Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 08 de outubro de 2013- Página 2 de 3

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

na qualidade de Agente Fiduciário

Marcelle Santoro

Nome:

Cargo:

Marcelle Santoro
Diretora

2 Serviço Notarial RJ- Tabelião ADILSON WAGNER FIRMINO
ESTRADA DOS BANDEIRANTES 209-TAQUARA- TEL 3342-8163 Nº:131016053126
Reconheça por semelhança a firma de: MARCELLE MOTTA SANTORO, a qual c
onfere com o padrão arquivado em Cartório.
Valores Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 2013.
Firma.....:R\$ 4.09 Em testemunho da
Proc.dados.....:R\$ 1.45
Total.....:R\$ 5.54

ESCREVENTE- ALBERTO MARQUES DOS SANTOS



N. 458
✓

Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 08 de outubro de 2013- Página 3 de 3

Testemunhas:

Nome: PEDRO DAFLON FRAIZ
CPF: 09015767-56

Nome: CLAUDIA PORCHAT DE ASSIS
CPF: 268.069.028-12

14/03/13



100143

55

19/10/2013

1.459
2

Anexo I — DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
"Aditamentos"	conforme definido na Cláusula 2.2.1
"Administrador do FIDC CEDAE" ou "Caixa"	é a Caixa Econômica Federal, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, conforme Regulamento do FIDC CEDAE.
"AGD"	conforme definido na Cláusula 8.1.1
"Agente de Pagamentos do FIDC CEDAE"	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, contratado como agente de pagamentos nos termos do "Contrato de Prestação de Serviços de Centralização e Pagamento de Valores e Outras Avenças", celebrado em 20 de dezembro de 2011 entre o Itaú Unibanco S.A., a Emissora e o FIDC CEDAE.
"Agente Fiduciário"	conforme definido no preâmbulo
"Alienação" (bem como o verbo correlato "Alienar")	é qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto, promessa, compromisso ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Controladas, coligadas, Partes Relacionadas e Reorganização Societária.
"Amortização"	conforme definido na Cláusula 4.12.1



<u>Programada</u>	
<u>"Amortização Parcial Antecipada Facultativa"</u>	conforme definida na Cláusula 4.14.1
<u>"Área de Planejamento 5"</u>	conforme definida no Contrato de Concessão
<u>"Assembleia Geral"</u>	conforme definido na Cláusula 6.1.(i).(c)
<u>"Banco Administrador de Contas"</u>	é o Banco Bradesco S.A.
<u>"Banco Administrador de Contas da Terceira Emissão"</u>	é o Banco Bradesco S.A.
<u>"Bancos Arrecadadores"</u>	conforme definido na Cláusula 4.7.2
<u>"Banco Liquidante"</u>	conforme definido na Cláusula 3.7.1
<u>"BTG Pactual"</u>	é o Banco BTG Pactual S.A.
<u>"CETIP"</u>	é a CETIP S.A. — Mercados Organizados
<u>"Código Civil"</u>	é a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada
<u>"Cetip21"</u>	conforme definido na Cláusula 2.5.1
<u>"Código de Processo Civil"</u>	é a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
<u>"Conta Centralizadora"</u>	conforme definido na Cláusula 4.7.2
<u>"Conta Vinculada"</u>	é a conta corrente de titularidade da Emissora no Banco Bradesco S.A., conforme definida no Contrato de Garantia.
<u>"Conta Vinculada da Terceira Emissão"</u>	é a conta corrente de titularidade da Emissora no Banco Bradesco S.A., conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Emissão.
<u>"Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Emissão"</u>	é o Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças, celebrado entre a Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o Banco Bradesco S.A., em 16 de janeiro de 2013.
<u>"Contrato de Cessão do FIDC"</u>	é o "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", celebrado entre o FIDC CEDAE e a Emissora, com interveniência do Itaú Unibanco S.A. e do Banco do Brasil S.A.
<u>"Contrato de Colocação"</u>	conforme definido na Cláusula 3.6.1
<u>"Contrato de Concessão"</u>	é o "Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações", celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a Emissora e o Município do Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2007



100143

59

iii

19 MAR. 2013

p. 469
2

"Contrato de Garantia"	conforme definido na Cláusula 4.7.2
"Controle" (bem como os correlatos "Controlar" ou "Controlada")	é a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral ou reuniões de sócios; e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão administrativo superior, conforme o caso, da respectiva Pessoa
"Coordenador Líder"	é o Banco BTG Pactual S.A., conforme definido na Cláusula 3.6.1
"CVM"	é a Comissão de Valores Mobiliários
"Data de Emissão"	conforme definido na Cláusula 4.3.1
"Data de Pagamento de Remuneração"	conforme definido na Cláusula 4.8.2
"Data de Vencimento"	conforme definido na Cláusula 4.4.1
"Debêntures"	conforme definido no preâmbulo
"Debêntures em Circulação"	conforme definido na Cláusula 4.8.8
"Debenturistas"	conforme definido no preâmbulo
"Direitos Creditórios Cedidos"	conforme definido na Cláusula 4.7.2
"Direitos de Crédito da Conta Vinculada"	conforme definido na Cláusula 4.7.2
"DOERJ"	é o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
"Documentos da Oferta"	conforme definido na Cláusula 5.1.1. (iii)
"Emissão"	conforme definido na Cláusula 3.2.1
"Emissora"	conforme definido no preâmbulo
"Encargos Moratórios"	conforme definido na Cláusula 4.11.3
"Escritura"	conforme definido no preâmbulo
"Escritura da Terceira Emissão"	é o Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, celebrado em 09 de janeiro de 2013, conforme cópia prevista no Anexo III desta Escritura
"Escriturador Mandatário"	conforme definido na Cláusula 3.7.1
"FIDC CEDAE"	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, inscrito no CNPJ nº



100143

iv

19 MAR 2015

58

H. 462

	14.137.344/0001-51
"Garantias"	conforme definido na Cláusula 4.7.2
"Impacto Adverso Relevante"	é qualquer impacto relevante que afete adversamente os negócios, atividades ou condição financeira da Emissora, suas Controladas ou coligadas.
"Índice Financeiro"	conforme definido na Cláusula 5.1.1.(xxii)
"Instrução CVM 28"	é a Instrução nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada
"Instrução CVM 358"	é a Instrução nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
"Instrução CVM 409"	é a Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
"Instrução CVM 476"	é a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
"Investidores Qualificados"	conforme definido na Cláusula 2.5.2.1
"IPCA"	é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
"Jornais"	conforme definido na Cláusula 2.1.1
"JUCERJA"	é a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
"Lei das Sociedades por Ações"	é a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Obrigação"	é toda e qualquer obrigação derivada da Emissão e da Oferta, inclusive valores devidos, seja decorrente desta Escritura, do Contrato de Garantia e/ou da legislação aplicável, em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial, (ii) vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal (que deverá ser calculado <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento), Remuneração, encargos ordinários e/ou de mora, (iii) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável, (iv) qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia, (v) haver qualquer outro montante devido pela Emissora aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços para a Oferta e a Emissão, ou nos termos desta Escritura ou do Contrato de Garantia; e (vi) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com a Oferta ou a Emissão



100143

v

19 MAR 2013

53

11.463
2

"Oferta"	conforme definido na Cláusula 2.4.1
"Ônus", bem como os correlatos "Onerar" e "Oneração"	são quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários
"Parte Relacionada"	é (1) com relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que (i) a Controle, (ii) seja por ela Controlada, (iii) esteja sob Controle comum, e (iv) seja com ela coligada, (2) com relação a determinada pessoa natural, os familiares até segundo grau, e (3) com relação a determinada pessoa jurídica, fundos de investimento exclusivo, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.
"Partes", e individualmente "Parte"	conforme definido no preâmbulo
"Participação no Resultado"	são dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, resgate, amortização ou qualquer participação no resultado de qualquer Pessoa distribuída aos seus sócios, acionistas, associados, quotistas, proprietários ou titulares de participação em questão, conforme o caso
"Pessoa"	é qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, condomínio, <i>trust</i> , veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica
"Período de Capitalização"	conforme definido na Cláusula 4.8.3
"Prêmio"	conforme definido na Cláusula 4.14.3
"QDCA"	é a quantidade de direitos creditórios objeto de cessão sob condição suspensiva, que corresponde a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes a (i) média entre as 3 (três) últimas QMM calculadas antes da verificação da condição suspensiva; ou (ii) a média das QMM já calculadas, caso a condição suspensiva tenha ocorrido antes do cálculo da 3ª (terceira) QMM, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC
"QMM"	é a quantidade mínima mensal de direitos creditórios objeto de



1 0011433

60

vi

19 MAR 2013

p. 464
✗

	cessão incondicionada determinada nos termos da Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão do FIDC.
"RCA"	conforme definido na Cláusula 1.2.
" <u>Receita Operacional Líquida</u> "	é a receita bruta de vendas e serviços diminuída das vendas canceladas, dos descontos e abatimentos concedidos incondicionalmente, bem como dos impostos incidentes sobre mencionadas vendas.
" <u>Regulamento</u> "	é o regulamento do FIDC CEDAE, conforme cópia prevista no Anexo II desta Escritura
" <u>Remuneração</u> "	conforme definido na Cláusula 4.8.1
" <u>Reorganização Societária</u> "	é, em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação CVM nº 480, de 2009
" <u>Resgate Antecipado Facultativo</u> "	conforme definido na Cláusula 4.14.1
" <u>Serviços</u> "	são os Serviços Água e os Serviços Esgoto, em conjunto, assim como a cobrança por tais serviços, prestados pela Emissora ao amparo das respectivas Concessões
" <u>Serviços de Água</u> "	são os serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável
" <u>Serviços de Esgoto</u> "	são os serviços de coleta, transporte e tratamento de esgotos
" <u>Spread</u> "	conforme definido na Cláusula 4.8.1
" <u>Taxa DI</u> "	conforme definido na Cláusula 4.8.1
" <u>Taxa Substitutiva</u> "	conforme definido na Cláusula 4.8.5
" <u>Terceira Emissão de Debêntures</u> "	é a Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, realizada em 09 de janeiro de 2013
" <u>Usuários</u> "	são usuários dos Serviços da categoria residencial, comercial e industrial
" <u>Valor Mínimo da Terceira Emissão</u> "	é o valor mínimo mensal a ser retido na Conta Vinculada da Terceira Emissão para o pagamento da remuneração e amortização das debêntures da Terceira Emissão, nos termos da cláusula 1.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Emissão
" <u>Valor Mínimo Ajustado da Terceira Emissão</u> "	é o valor mínimo mensal a ser retido na Conta Vinculada da Terceira Emissão para o pagamento da remuneração e amortização das



100143


51

vii

19 MAR 2013

p. 465
✓

	debêntures da Terceira Emissão, ajustada, se for o caso, com base na projeção das taxas médias diárias dos DI over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, nos termos da cláusula 1.1.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária da Terceira Emissão.
<u>"Valor Nominal"</u>	conforme definido na Cláusula 4.1.1

PROCESSO: E-17/100.143/13
INÍCIO: 19/03/2013
FOLHA: 682
RÚBRICA: 

À AJC-2 – Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP

Assunto: Numeração de Instrumento Jurídico

Em atendimento à OS nº14.695 de 24/05/2017.

Sra. Assistente,

Em cumprimento à Ordem de Serviço em epígrafe, solicito que seja **numerado** o INSTRUMENTO JURÍDICO abaixo relacionado(s), num total de 3 (três) unidades, de acordo com as informações que seguem:

Processo: E-17/100.143/2013		
Objeto: CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS – QUARTA EMISSÃO DE DEBENTURES (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DE CONTA BANCÁRIA EM GARANTIA E OUTRAS AVENÇAS)		Lote: não se aplica
Tipo: CONTRATO	Subtipo: SERVIÇO	Nº:
		Diretoria demandante: DF
		Data assinatura: 24/10/2013
		Data Publicação: NÃO APLICÁVEL
Fls: 198-260	Contratado(a)/Conveniente/Partícipe: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E BANCO BRADESCO S.A.	

Processo: E-17/100.143/2013		
Objeto: CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS – QUARTA EMISSÃO DE DEBENTURES (INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES)		Lote: não se aplica
Tipo: CONTRATO	Subtipo: SERVIÇO	Nº: Diretoria demandante: DF Data assinatura: 08/10/2013 Data Publicação: NÃO APLICÁVEL
Fls: 409-465	Contratado(a)/Conveniente/Partícipe: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	

Processo: E-17/100.143/2013		
Objeto: CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO MERCADO DE CAPITAIS – QUARTA EMISSÃO DE DEBENTURES (CONTRATO DE COORDENAÇÃO, COLOCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES)		Lote: não se aplica
Tipo: CONTRATO	Subtipo: SERVIÇO	Nº: Diretoria demandante: DF Data assinatura: 24/10/2013 Data Publicação: NÃO APLICÁVEL
Fls: 542-575	Contratado(a)/Conveniente/Partícipe: BANCO BTG PACTUAL S.A.	

Após a **numeração** do instrumento jurídico acima relacionado, peço encaminhar o presente administrativo ao PRG (SISPRO) e, posteriormente à AMI-DP, responsável pela gestão do presente processo para controle e acompanhamento.

Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2019.

Bruno Ferreira de Oliveira
 Bruno Ferreira de Oliveira
 Gerente de Mercado de Capitais e Relações
 com Investidores da AMI-DP - GER-AMI

CEDAE - Reg.: 0-019375-1